ATUAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS E QUILOMBOLAS NA LUTA PELA TERRA NO BRASIL

ACTUATION OF BLACK WOMEN AND QUILOMBOLAS IN THE FIGHTIN FOR LAND IN BRAZIL

Izadora Nogueira dos Santos Muniz [1]

No artigo *Mulheres Quilombolas*, o autor Adelmir Fiabani destaca o papel protagonista das mulheres negras, ou afrodescendentes[2], na realidade fundiária brasileira, a partir de quatro tópicos:

1. Na África;
2. Cativas Fujonas;
3. Mulheres Quilombolas;
4. Mundinha Araújo: a guerreira quilombola.

O autor inicia o texto afirmando a significativa presença feminina nas comunidades negras brasileiras, tanto nos núcleos das comunidades, quanto à frente dos movimentos sociais.

O historiador destaca a presença e atuação feminina negra, ao longo da história brasileira, e toma como referência anúncios de jornais do período colonial. Afirmação essa que evoca o seguinte questionamento: qual o motivo da historiografia oficial ter se mantido silente sobre os papéis das mulheres negras, mais especificamente, sobre o papel das mulheres negras na reivindicação pela terra no Brasil?

Talvez a resposta para essa questão resida no fato apontando por Fiabani de que mulheres negras, dentro dos quilombos, gozavam de autonomia social e política, destacavam-se em cargos de lideranças.

Entendemos que referida situação, a um só tempo, coloca(va) em xeque o modelo social branco patriarcal – paradigma que normaliza que instituições de poder sejam regidas por homens brancos - e o sistema socioeconômico escravista colonial, que se sustentava "na premissa de que um ser humano assume direitos de propriedade sobre outro" mediante "violência física e psicológica".

O autor enfatiza que as cativas eram "violentadas em todos os sentidos" no Brasil. No mesmo sentido, os números apresentados pela historiadora Lilia Schwarcz (2018), nos permite inferir o alcance dessa violência sofrida: "havia uma desproporção imensa entre homens e mulheres aqui no Brasil, 70% de homens para 30% de mulheres, e isso criou uma cultura do estupro, com os proprietários brancos estuprando as escravizadas e construindo uma cultura da força".

[1] Mestranda em Direito Agrário pela Universidade Federal de Goiás, Brasil.

[2] Afrodescendente é um termo consagrado nas Nações Unidas, incorporado a partir da Conferência de Durban, o qual designa um grupo específico de vítimas de racismo e discriminação. (CARNEIRO, 2002, p. 212).

Gorender (2016), em sua obra *A escravidão Reabilitada*, chama atenção para o fato de que essa composição de, não há coisa melhor do que possuir escravos". Nesse cenário, Fiabani coloca que a forma de resistência mais explícita empreendida pela mulher cativa era a fuga, a fim de recuperar sua dignidade. Onde podemos concluir que *dignidade* se apresenta(va) como sinônimo de *territorialidade negra* para as mulheres cativas.

Nos dias atuais as herdeiras históricas dessa resistência territorial centram suas pautas políticas na "defesa do território, da cultura e religiosidade".

NA ÁFRICA

Com a finalidade de romper com uma história afro-brasileira tão somente centrada na escravidão, Fiabani aborda sucintamente a história e cultura das mulheres nas sociedades africanas.

Neste tópico percebemos que a importância das mulheres africanas não se limitava apenas a um papel, não era estanque, fechado, e que as mesmas possuíam diversas formas de se expressar e comunicar socialmente:

> "Na maioria das sociedades africanas, às mulheres cabia a tarefa de plantar, cuidar, regar e colher as plantas. Se não bastasse, eram elas que vigiavam os animais domésticos, encontravam tempo para fiar, tecer, produzir objetos de barro, vender e negociar. Além disso, eram mães, cuidavam da casa, preparavam os alimentos, zelavam pela higiene do ambiente e ocupavam-se da criação/educação dos filhos". (SILVA apud FIABANI, 2017).

O autor chega a ressaltar que, comparada às mulheres do continente europeu, a liberdade feminina, no geral, era ampla, no continente africano. Nesse sentido, Fiabani cita Faria (2005), apontando que muitas mulheres se destacaram como comerciantes, inclusive no comércio de longa distância, intermediando "produtos do tráfico de escravos português, como cachaça, tabaco e os Panos das Índias".

Um outro ponto que se destaca é a autoridade religiosa das mulheres africanas, enquanto no continente europeu o comando religioso era exclusivamente masculino, citando Souza (2007) Fiabani chama atenção para o fato de que o mundo sobrenatural, das religiões e da magia, só eram parcialmente acessível aos homens, que só podiam participar de "determinados ritos e cerimônias".

CATIVAS FUJONAS

Esse tópico do texto é fundamental para a desmitificação do ideário de consenso entre senhores de escravos e escravizados e escravizadas. Fiabani aponta no texto uma estimativa de que 6% do total de cativos e cativas se ausentavam do trabalho forçado. Isto é, a formação dos quilombos era uma das várias reações antissistêmicas empreendidas pela população cativa. Não existindo, portanto, acomodação, por parte da população cativa.

Para atestar o cenário de resistência constante, o autor elenca diversos anúncios de jornais do período colonial, de autoria de proprietários de cativos: em 1848 é publicado a fuga de Maria Isabel, descrita como mulata de aproximadamente 40 anos, tecelona e rendeira, que escapou levando uma criança de cerca de 6 meses de vida. Isabel é caracterizada – para facilitar a identificação - com inúmeras cicatrizes pelo corpo.

Referida descrição, que o autor aponta não se tratar de um caso isolado, mas semelhante a muitos outros, contrasta com a historiografia reabilitadora da escravidão brasileira encabeçada por Gilberto Freyre, para o qual a escravidão brasileira teria um caráter benevolente, católico e patriarcal. Ao que Fiabani destaca, a violência foi a mediação entre escravizadores e escravizados.

O autor ainda descreve outros anúncios de jornais sobre negras fugidas, acrescentando que "as fugas determinavam gastos em dobro aos senhores devido à necessidade de substituir o fujão por outro trabalhador e despender recursos para sua captura".

Quanto a reposição dos cativos e cativas fugitivos, torna-se relevante, neste ponto, trazer análises feitas por Gorender (2016) a partir de suas leituras do africanista Patrick Manning:

> "As mulheres escravas custavam mais do que os homens no mercado interno da própria África e no tráfico dirigido ao mundo árabe do Norte da África e do Oriente Médio. No mercado de escravos destinados ao tráfico para as Américas, os homens eram mais caros. (...) A Partir da segunda metade do século XVII e, principalmente, no século XVIII, é o tráfico transatlântico que absorve maior quantidade de cativos. (...). Dada a maior extração de homens para fora da África, o tráfico transatlântico reforçou o papel das mulheres como trabalhadoras e certamente acentuou a prática da poligamia". (GORENDER, 2016, p. 80).

Ou seja, isso quer dizer que o sistema de produção escravista nas Américas também produziu mudança social no papel da mulher que ficou no continente africano, e não somente das africanas cativas e seus descendentes.

No entanto, as fugas empreendidas contrariavam a racionalidade escravista que reificava homens e mulheres negras.

MULHERES QUILOMBOLAS

O antropólogo Munanga (1996) mostra seguramente que a palavra "quilombo" é originária dos povos de língua bantu, sendo que sua presença tem a ver com ramos desses povos bantu cujos membros teriam sido trazidos para o Brasil e escravizados nessas terras. No entanto, Fiabani aponta que nos registros oficiais o termo adquiria significado negativo, uma vez que passava a ser sinônimo de criminosos perversos e salteadores.

Adelmir Fiabani se indigna com os poucos relatos da historiografia especializada sobre a mulher quilombola, ao mesmo tempo que elenca inúmeras situações organizadas de

resistências empreendidas por cativas fugidas, seja na região de Goiás, com destaque para os núcleos da comunidade quilombola Kalunga, às margens do rio Paranã, registra também a presença de mulheres aquilombadas no Mato Grosso, na capitania de Minas Gerais, no Rio Grande do Sul, em Pernambuco, ao longo do século XVIII e XIX.

Em todas as situações trazidas, nas mais diferentes origens do quilombo, destaca-se a "participação das mulheres na condução dos destinos do quilombo", bem como a solidariedade entre os mocambos.

Atualmente, as mulheres quilombolas congregam passado e presente, visto que são responsáveis por transmitir a terra, a tradição e a memória dentro das comunidades.

MUNDINHA ARAÚJO: A GUERREIRA QUILOMBOLA

Neste último tópico, fica ainda mais evidente a atuação das mulheres negras e quilombolas na luta pela terra no Brasil, personificado na figura de Maria Raimunda Araújo, ou Mundinha.

A jornalista, ativista e pesquisadora maranhense chegou a visitar as primeiras comunidades negras rurais muito antes do Constituinte reconhecer no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias o Direito à propriedade das terras de comunidades remanescentes de quilombos.

Ou seja, o estado do Maranhã foi pioneiro na articulação e mobilização das comunidades rurais negras brasileiras. E já naquele momento Mundinha relata, em entrevista cedida à Fiabani em 2007, a incidência de conflitos fundiários, grilagem das terras "dos Pretos", bem como a organização dessas comunidades, muito antes do movimento negro, a fim de pagar honorários de advogados para defender seus territórios, emolumentos cartorários, viagens para a capital, dentre outras formas resistência.

Percebemos, através dos relatos de Mundinha, que as comunidades negras sempre resistiram às margens das políticas públicas. Fiabani também aponta que essas comunidades foram excluídas do desenvolvimento e da cidadania, entretanto, acreditamos ser urgente pensar em alternativas ao desenvolvimento (seria o bem viver? Etnodesenvolvimento?), pois a noção moderna de desenvolvimento para essas comunidades tem representado a ameaça de desterritorialização.

Por fim, Fiabani atribui à atuação e pioneirismo de uma mulher negra, no cenário maranhense, o início do maior movimento étnico por terra da história do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO. Sueli. *A batalha de Durban.* Revista Estudos Feministas. CFH/CCE/UFSC, vol. 10, nº 1, 2002.

FIABANI, Adelmir. *Mulheres Quilombolas*. In: FIABANI, Adelmir; GOMES, Ana Beatriz Sousa; MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva. *Do Pilão ao Batom: História de Mulheres Quilombolas.* Curitiba: CRV, 2017. P. 13-25.

GORENDER, Jacob. *A escravidão Reabilitada.* São Paulo: Expressão Popular, 2016. P. 296.

MUNANGA, K. (1996). *Origem e histórico do quilombo na África.* Revista USP. P. 56-63.

SCHWARCZ. Lilia. *A Lada da democracia racial*. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KIZErDa1jIc>. Acesso em: 08 de jan. de 2018.